

**TERMO DE CONTRATO DE
CONCESSÃO ONEROSA DE USO Nº
..../2020/SMC FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA, ATINENTE A
IMÓVEL SITUADO NA ESTAÇÃO DE
TRANSBORDO DO CASSINO,
VISANDO INSTALAÇÃO E
EXPLORAÇÃO DE LANCHONETE,
EM CONFORMIDADE COM O EDITAL
DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº
003/2020.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONCEDENTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de/....., na nº , neste ato representada pelo Sr , na qualidade de, portador do RG nº, doravante denominada **CONCESSIONÁRIO**, firmam o presente Contrato de Concessão de conformidade com a Lei Municipal nº 8491/2020, com a Lei Federal nº 8666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente Termo de Contrato a concessão onerosa de uso do imóvel situado na Estação de Transbordo do Cassino (canteiro central da Av. Atlântica), entre as ruas Antônio Caringe e Dom Pedrito, concessão esta visando instalação e exploração de lanchonete para comercialização de lanches industrializados e bebidas.

Parágrafo Único: o imóvel compoem-se de 1(uma) sala com área 31,50m² e um sanitário com área de 2,55 m² para fins específicos de lanchonete.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: O CONCESSIONÁRIO pagará ao CONCEDENTE, até o quinto dia útil do mês subsequente, diretamente à Secretaria Municipal da Fazenda, a importância mensal de R\$ (.....).

Parágrafo Único: Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento pelo percentual de 0,033% ao dia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 05 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO: O valor do contrato será reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, tendo como índice de reajuste a variação acumulada do IGPM/FGV no período.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO: A Concessão será fiscalizada pela Secretária de Município do Cassino - SMC, a qual indicará servidor responsável para tal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA: A CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- a) Sujeitar-se à fiscalização do CONCEDENTE, que será efetuada por servidor designado para tal.
- b) Apresentar, sempre que solicitado por agente representante do CONCEDENTE, comprovante de pagamento das taxas de água e luz;
- c) Manter e conservar todas as benfeitorias que compreendem a área do mesmo, ficando vedada toda e qualquer obra e/ou serviço que altere as características das dependências sob sua responsabilidade, inclusive pinturas externas;
- d) Executar, somente com autorização do CONCEDENTE e fiscalização da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP, todas as obras que se julgarem necessárias.
- e) Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no término do prazo contratual, independente de notificação judicial ou extrajudicial;
- f) Implantar um projeto de prevenção e controle de incêndio - PPCI
- g) Obter todas as licenças e franquias;
- h) Ao pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;
- i) Providenciar sua inscrição junto à Secretaria Municipal da Fazenda – SMF, caso não seja estabelecido no Município.
- j) Manter seguro total do imóvel objeto da Concessão.
- l) Responder por todas as taxas e despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, como tributos municipais, estaduais e federais incidentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO: Este contrato poderá, naquilo que couber, ser rescindido de acordo com os Arts. 78 e 79 da Lei nº 8666/1993, assim como pelo atraso de 3(três) prestações consecutivas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- a) Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.
- b) As benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenizações no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;
- c) Todas as despesas de manutenção e conservação da sala serão de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, assim como a provisão de mobiliário e equipamentos necessários ao pleno funcionamento do estabelecimento;
- d) Na vigência do contrato, a Concessionária será a única responsável perante terceiros, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: Pela inexecução total ou parcial do objeto, À CONCEDENTE poderá, aplicar à CONCESSIONÁRIA, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções legais, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- c) Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS: Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, as partes interessadas o assinam, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2020.

.....
Contratada

Miguel Satt
Secretário de Município do Cassino

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMC/GCLC/CSCI/CONTRATADA.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscal do Contrato o(a) Senhor(a). _____ e o(a) senhor(a) _____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

Miguel Satt



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Secretário de Município do Cassino

Rio Grande, de de 2020.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!